

Ministros aceitam depor no Congresso

OPREIO BRAZILIENSE

2 FEV 1983

“O governo nada tem a esconder, principalmente, no campo econômico. Dai porque todos os ministros da área se mostram dispostos a vir debater o assunto no plenário da Câmara”. A informação é do líder do PDS na Câmara, deputado Nelson Marchezan, acrescentando que não concorda com a vinda do ministro-chefe do SNI, general Octávio Medeiros, “porque o caso Baumgarten ainda se encontra na esfera policial”.

Mesmo assim, Marchezan não afasta a possibilidade da presença do general Octávio Medeiros vir ao Congresso, “desde que o assunto saia da esfera policial e seja do interesse da sociedade”. Sua preocupação é evitar o esvaziamento do plenário, “com a presença constante de ministros para debater assuntos que não interessam aos deputados e, via de consequência, à sociedade”.

Indagado se a decisão de apressar a ida dos ministros da área econômica à Câmara não teria por objetivo esvaziar as CPIs que as oposições estão requerendo para investigar o escândalo da Delfin-Finaceira e do nosso endividamento externo, o líder governista disse não ser esta sua intenção e sim valorizar “a instituição que integro e que tive a honra de presidi-la, tanto que consegui ampliar a atuação das CPIs permitindo que elas deixem Brasília para apurar os fatos *in loco*”.

Em sua maneira de ver, é mais importante a presença do ministro no plenário da Câmara do que nas CPIs. Observou, no entanto, que os debates a serem travados com as autoridades da área econômica deveriam ser mais objetivos, com perguntas incisivas e duras, “num veroadeiro ping-pong”.

Em vista disso, adiantou que o primeiro ministro a comparecer à Câmara deverá ser o do Interior, Mário David Andreazza, para falar sobre o episódio da Delfin-Finaceira. Segundo o texto do regimento, por ele apresentado à imprensa, Andreazza de-

verá fazer uma exposição preliminar de uma hora, cabendo aos deputados inscritos três minutos para interrogá-lo. O Ministro, pelo mesmo texto regimental, disporá de seis minutos para responder.

“Ao meu ver — comentou — este é o melhor caminho e a melhor fórmula de se valorizar os debates no plenário da Câmara”.

De sua parte, o líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, disse que a vinda do ministro não invalida a constituição da CPI, porque considera importante que o assunto seja amplamente investigado. Quanto à CPI do SNI, para apurar o envolvimento deste órgão no assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, Freitas Nobre observou que a iniciativa foi do PT.

“Se — completou — conseguirem o número de assinaturas necessárias à sua instalação, nada temos a opor porque esta é uma competência do Legislativo”.

O líder do PMDB reconheceu a existência de posições divergentes dentro da bancada sobre a oportunidade da CPI. Porém não quis adiantar sua posição, sob a justificativa de que o assunto deve ser discutido na reunião marcada para o próximo dia 2 de março. “Há — insistiu — posições, realmente, divergentes dentro da bancada. Porém quando isto ocorre depende da maioria. Por isso, não vou dizer se sou contra ou a favor da CPI do SNI. Agora, se conseguirem o número de assinaturas regimentais nada deve impedir a sua constituição”.

Já Marchezan, depois de observar que existem alguns assuntos em que não há interesse nem do governo e nem da Câmara esclarecê-los, observou que considera desaconselhável a criação da CPI do SNI, porque o assunto ainda está na esfera policial. “Quem diz isso não sou eu, apenas, mas, também, importantes líderes oposicionistas, como o senador Tancredo Neves e o governador Leonel Brizola” — concluiu.